

Adultos nunca unidos: Análise dos fatores associados e distinções de gênero

Bruna Daniele Ribeiro Firmino

(Cedeplar - UFMG). Email: brunariberof@hotmail.com

Ana Paula de Andrade Verona

(Cedeplar - UFMG). Email: anapaulaverona@gmail.com

Samuel Araújo Gomes da Silva

(Cedeplar - UFMG). Email: samaraujogo@gmail.com

Resumo

O estado conjugal, especificamente a não união, é intrinsecamente correlacionado à fecundidade, questões emocionais, suporte econômico, bem-estar e saúde. Nesse sentido, os objetivos do estudo são investigar os fatores associados a não união contínua dentre os adultos brasileiros de 40 a 54 anos e examinar diferenças de gênero nas variáveis de raça e escolaridade de indivíduos nunca unidos. Os dados utilizados são oriundos dos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010. Foram realizadas análises descritivas e regressões logísticas com a variável dependente de não união contínua. Os resultados apontam para uma maior probabilidade de mulheres com nível superior permanecerem não unidas. Quanto ao sexo masculino, por sua vez, identificou-se uma maior propensão a não se unir dentre os indivíduos de baixa escolaridade. Identificou-se, além disso, um *penalty* associado à cor/raça negra no ingresso em uniões tanto no sexo masculino quanto feminino. Os padrões identificados corroboram a persistência de relações de gênero pautadas na especialização de trabalho nos domicílios.

Palavras-chave: Continuamente solteiros, gênero, raça, instrução.

Área temática: Demografia

[ESTUDO EM ANDAMENTO]

INTRODUÇÃO

Apesar da manutenção de níveis de matrimônio relativamente altos na América Latina, observam-se, nos últimos anos, transformações significativas no âmbito de formação de famílias, como o aumento das coabitações, diminuição do número médio de indivíduos por domicílio e emergência de domicílios chefiados por mulheres (FUSSEL & PALLONI, 2004). Além de transformações na composição e tamanho das famílias, a América Latina experimentou nas últimas décadas uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, com destaque para a expansão do sistema educacional que, no Brasil, resultou na diminuição das disparidades entre regiões, grupo de cor, gêneros e estratos de renda (DO VALLE SILVA, 2000).

O estado conjugal, especificamente a não união, é intrinsecamente correlacionado às questões emocionais, suporte econômico, bem-estar e saúde (PINQUART & SORENSEN, 2011; KALMIJN, 2013). Além disso, apesar da tendência de dissociação entre união marital e fecundidade proposta na teoria de Segunda Transição Demográfica (LEASTAGHE, 2007), uma forte associação entre casamento e fecundidade ainda é identificada pela literatura (JALOVAARA, 2017). Nesse contexto, a análise do fenômeno da não união fornece subsídios para a compreensão das transformações ligadas à família, possibilitando estabelecer correlações entre características dos indivíduos nunca unidos, sua atratividade no mercado de casamentos e possíveis custos de ingressar em uma união.

A análise dos indivíduos continuamente solteiros é acompanhada pela discussão da preferência por não se unir em contraposição à união involuntária, usualmente associada à atratividade de atributos sociodemográficos no mercado de casamentos. A emergência da não união como estilo de vida representa uma resposta à insatisfação com o casamento como comportamento normativo e correlaciona-se com mudanças nos valores sociais relacionados à família (STEIN, 2015). Por outro lado, atributos específicos como ocupação, níveis de educação e renda constituem critérios de seleção para o ingresso em uniões, sendo a seletividade distinta entre os sexos feminino e masculino: Para os homens, apesar da discussão de relação de causalidade para os maiores rendimentos auferidos por indivíduos casados, que passa pelas hipóteses do prêmio de ascensão profissional possibilitado pelo casamento e seletividade de rendimentos e ocupação no ingresso

em uniões (CHUN & LEE, 2001), a literatura reconhece que o sucesso econômico lhes confere maiores chances de se unir (SASSLER & SCHOEN, 1999). Para as mulheres, a conclusão do ensino superior esteve associada a menores chances de ingresso em uniões no século XX nos Estados Unidos, por exemplo, apesar de uma tendência de transformação nesses padrões dentre as coortes mais jovens (XIE et al., 2003; MUSICK et al. 2012). Também no caso feminino, a discussão de direção de causalidade é aplicada.

Quanto aos dados empíricos brasileiros, Vieira (2014) identifica um aumento de 5% para 6,9% de mulheres nunca unidas no grupo etário de 45 a 49 anos entre a DHS de 1996 e a PNDS realizada em 2006. Vieira destaca que o fenômeno mostra-se ainda mais acentuado nas classes A e B e que possivelmente estaria associado a uma maior independência destas mulheres, diminuição da importância da formação de família e dificuldades de conciliação entre carreira e vida conjugal.

Considerando o contexto descrito, faz-se importante distinguir subgrupos de indivíduos solteiros. Neste estudo, optou-se pela análise dos indivíduos nunca unidos, ou continuamente solteiros, pois se espera que a atuação dos critérios de seleção para ingressar em uma união e das possíveis mudanças ideológicas relacionadas ao casamento sejam mais evidentes dentre os indivíduos nunca unidos se comparados, por exemplo, aos divorciados, viúvos ou solteiros que já estiveram em uma relação conjugal. Nesse sentido, os objetivos do estudo são investigar os fatores associados a não união contínua dentre os adultos brasileiros de 40 a 54 anos e examinar diferenças de gênero nas variáveis de raça e escolaridade de indivíduos nunca unidos. A seleção do limite inferior desta faixa etária deu-se em função da delimitação de indivíduos continuamente solteiros em detrimento daqueles mais jovens, que teriam uma alta probabilidade de ingressar em uma união nos últimos anos. O limite superior foi estabelecido para evitar heterogeneidades de coortes quanto aos padrões de não união.

Foi realizada uma revisão da literatura acerca das questões de gênero relacionadas às uniões, a não união como estilo de vida e a atratividade de características sociodemográficas específicas no mercado de casamentos e, em seguida, são apresentadas análises descritivas dos padrões de não união para os anos de 1991, 2000 e 2010. Por fim, foram estimados modelos logísticos separadamente para os

sexos feminino e masculino valendo-se da variável dependente constituída a partir da resposta à pergunta: Você já viveu com um cônjuge?

Espera-se que a não união de mulheres se correlacione negativamente com o nível de instrução das mesmas. Acredita-se que o Brasil esteja em uma fase intermediária da Revolução de Gênero, com um aumento expressivo participação feminina em instituições de cunho individual e baixa igualdade de gênero em instituições voltadas para a família, conforme divisão estabelecida por McDonald (2010). Deste modo, não unir-se seria uma alternativa para as dificuldades em conciliar a esfera pública e doméstica, sobretudo para as mulheres de alto status socioeconômico (cuja variável próxi comumente utilizada é a educação). Além disso, os padrões de escolha do parceiro no Brasil apontam para uma formação de casais pautada majoritariamente na heterogamia educacional, em que um dos cônjuges tem pelo menos um nível educacional de diferença com relação ao outro, sendo o homem o indivíduo que usualmente atinge o nível educacional mais alto (TORCHE, 2010). Nesse sentido, espera-se também que, dentre os homens, aqueles de baixa escolaridade apresentem os maiores níveis de não união.

Não união e relações de gênero

Desde a década de 1980, mudanças nos padrões de formação de família têm sido correlacionadas ao enfraquecimento dos laços familiares e, conseqüentemente, à desvalorização do casamento como instituição. Ao analisar o declínio das taxas de casamento nos Estados Unidos em 1970, Espenshade (1985) apresenta as principais teorias para análise do fenômeno. A teoria da mudança social, apresentada por Espenshade e originalmente proposta por Wsestoff (1985) atribui o declínio das taxas de casamento à diminuição de sua função social com o advento da industrialização e avanço do cenário econômico. A teoria econômica de Easterlin (1980), por sua vez, atribui a ocorrência do fenômeno à combinação do aumento de aspirações de jovens adultos e dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Outra abordagem para o declínio dos casamentos apresentada por Espenshade é a teoria clássica de Becker (1981), uma das precursoras na análise de custos e benefícios da união. Utilizando o pressuposto da teoria microeconômica de escolha racional, o indivíduo optaria por entrar ou não em uma união se esta decisão resultasse em maximização de utilidade. Nesse sentido, Becker indica que em

contextos de baixa igualdade de gênero os ganhos do casamento são maiores em um modelo de especialização do trabalho por sexo, ou modelo *breadwinner*, em que a mulher se dedicaria ao trabalho doméstico e o homem às atividades remuneradas. O aumento da independência econômica feminina faria com que uma união inserida no modelo de especialização, descrito por Becker, deixasse de ser vantajoso. Neste contexto, a não união de adultos estaria associada a uma incoerência nos níveis de equidade de gênero nas esferas pública e privada, característica de uma revolução de gênero ainda incompleta.

Recentemente, os padrões de formação de família de países industrializados têm sido vinculados a mudanças ideacionais decorrentes da Segunda Transição Demográfica (LEASTAGHE, 2007). Segundo a teoria, dentre as consequências das transformações ideacionais estariam o aumento do número de divórcios e adiamento ou não estabelecimento de laços formais. No entanto, ao analisar as tendências apontadas pela Teoria da Segunda Transição, Goldscheider et al (2015) ressaltam que as transformações propostas estariam ligadas ao indivíduo em detrimento da estrutura. Nesse sentido, segundo Goldscheider et al, argumenta que a teoria originalmente proposta por Lesthaeghe minimizava um importante determinante estrutural nos padrões de formação de família: as relações de gênero. Supondo que a formação de família extrapola relações de coesão social, Goldscheider et al conclui que, em um cenário mais avançado da revolução de gênero em curso, as mulheres mais escolarizadas seriam mais atrativas no mercado de casamentos e estariam sujeitas à menores custos ao ingressar em uma união, diminuindo as vantagens da especialização no domicílio e revertendo os padrões de escolaridade ligados à fecundidade, ingresso e dissolução de uniões.

Relações semelhantes entre as fases de igualdade de gênero e fecundidade foram descritas pela literatura. Segundo os autores, a primeira fase da revolução de gênero, em que o modelo de casamento predominante é o *breadwinner*, descrito por Becker, estaria associada a uma alta fecundidade. Em um estágio intermediário, em que as mulheres aumentam sua participação no mercado de trabalho apesar da desigualdade de gênero no âmbito privado e instituições ligadas a família, a fecundidade se encontraria em níveis muito baixos. Ao completar a revolução de gênero, por fim, os países alcançariam uma recuperação nos níveis de fecundidade,

como observado nos países nórdicos, os mais avançados em questões de gênero segundo a literatura (MCDONALD, 2000; CHESNAIS, 1996).

Empiricamente, a análise da igualdade de gênero associada ao casamento aponta para uma correlação negativa entre nível educacional e ingresso em uniões nos casos de relações assimétricas de gênero, como na Itália e países do Leste Asiático. De forma contrária, em sociedades cuja divisão do trabalho no domicílio mostra-se mais igualitária, como nos EUA e Suécia, tem-se uma relação positiva ou insignificante entre os níveis educacionais femininos e o ingresso em uniões (QIAN & QIAN, 2014).

O casamento, seja formal ou informal, é central para vida social no contexto latino americano, configurando uma importante instituição cultural (FUSSEL & PALLONI, 2004). No entanto, o descompasso nas relações de gênero na esfera pública e privada aumenta o custo de oportunidade para a entrada em uma união, sobretudo para as mulheres mais escolarizadas. Além disso, a alta escolaridade de mulheres pode ser considerada um atributo pouco atrativo no mercado de casamento, a depender do modelo de divisão domiciliar normativo.

No período de 1960 a 1980 houve uma expansão significativa dos níveis educacionais e participação da força de trabalho feminina na América Latina, atividades conflitantes com a formação de família pautada no modelo de especialização do domicílio (FUSSEL & PALLONI, 2004). Enquanto a relação positiva entre o sucesso econômico masculino e a propensão de ingresso em uma união mostra-se consolidada na literatura (SASSLER & SCHOEN, 1999), autores em diversos contextos indicam uma associação entre o aumento da independência econômica feminina e a diminuição dos ganhos ligados à especialização por gênero e, conseqüentemente, à capacidade de mulheres se manterem fora de uniões (CHERLIN, 1979; BECKER, 1981, QIAN & QIAN, 2014), ao menos na primeira fase da revolução de gênero. Supondo uma baixa igualdade de gênero na esfera privada no Brasil, os argumentos supracitados fornecem subsídios para hipótese de uma correlação positiva entre a escolarização de mulheres e a não união.

Ressalta-se, por fim, que os custos e benefícios do casamento (ou da não união) são diferentes para homens e mulheres. Imagens e estereótipos negativos, por exemplo, são majoritariamente atribuídos ao gênero feminino em detrimento do masculino (SHOSTAK, 1987), o que sugere que o status de não união tem um maior

custo para as mulheres sob a ótica das normas sociais. Por outro lado, a magnitude dos impactos positivos da não união na carreira feminina é amplamente abordada pela literatura (HAVENS, 1973; SMITH, 1979; HOUSEKNECHT et. al, 1987), o que sugere que as mulheres de alto status socioeconômico gozam de maiores benefícios financeiros quando permanecem solteiras.

Não união como estilo de vida e atratividade no mercado de casamentos

Apesar da ocorrência de transformações quanto ao padrão normativo de família, o estigma relacionado a não união, que tem suas raízes no passado, persiste até os dias atuais. Com o advento da industrialização no século XIX, os indivíduos não unidos, sobretudo as mulheres, tiveram uma perda significativa de status na sociedade ocidental. Mulheres solteiras deixaram de assumir cargos de importância que lhes eram atribuídos, como administração pública ou de conventos, tornando-se membros marginalizados e discriminados em decorrência de normas sociais (VICINUS, 1988; BAUMBUSCH, 2004). Mais recentemente, Byrne & Carr (2004) apontam que a ideologia do casamento e família ainda contribuem para o comprometimento da qualidade de vida experimentada por indivíduos não unidos. Segundo Byrne & Carr, como consequência de um *lag* cultural envolvendo a não união, o casamento confere mais direitos e recursos para quem o experimenta.

A literatura reconhece que, ao contrário de um evento aleatório, a ocorrência de uniões dá-se com a atuação de seleção dos indivíduos quanto à suas características sociodemográficas Goldman (1993). A atuação desta seleção, segundo Bell (1971) pode ocorrer como função de um indivíduo não ter sido selecionado para o ingresso em uma união em contraposição à tomada de atitudes tidas como hostis com relação ao casamento e, conseqüentemente, ser o agente da seleção.

Corroborando com as transformações ideacionais previstas de acordo com a teoria da Segunda Transição Demográfica, já na década de 1970, Stein (1975) realiza um estudo valendo-se de entrevistas em profundidade nos Estados Unidos e conclui que, dentre os seus entrevistados, a maioria dos respondentes apontaram razões positivas para permanecerem solteiros. Segundo Stein, os homens e mulheres pesquisados adotavam perspectivas negativas quanto ao casamento baseados nas próprias experiências passadas em relações corresidenciais.

Em contraposição aos ideais de não união como estilo de vida apresentados por Stein, algumas características mostram-se pouco atrativas no mercado de casamentos, tal como o alto nível educacional feminino e, no caso dos homens, a escassez de recursos econômicos, tema abordado na seção anterior. Além disso, os atributos de cor /raça mostram-se correlacionados com a atratividade do indivíduo no mercado de casamento, compondo uma espécie de *penalty* para os indivíduos negros quanto ao ingresso em uniões, segundo Gullicksone & Torche (2014). Gullicksone & Torche apontam que, no caso brasileiro, apesar da ocorrência comum de uniões heterogâmicas quanto à raça, a desvantagem de negros no mercado de casamentos não foi eliminada. Valendo-se da teoria de *Status Exchange*, em que uma característica de menor status é compensada por outra de maior status, Gullicksone & Torche demonstram que as uniões entre brancos e indivíduos de outras raças usualmente é marcada pela maior escolaridade do cônjuge não branco. Nesse sentido, as mulheres negras estariam mais sujeitas ao *penalty* descrito pelos autores, visto que o sexo masculino por si só é tido como característica de status e, portanto, é passível de compensação por outros atributos menos desejáveis no mercado de casamentos.

Ressalta-se que a ocorrência histórica da coabitação tradicional, praticada por indivíduos menos escolarizados de extratos sociais mais baixos na América Latina (COVRE-SUSSAI & MATTHIJS, 2010; ESTEVE et al, 2012), pode flexibilizar os critérios de ingresso em uma união descritos anteriormente. Ao contrário do padrão observado em países desenvolvidos, onde a coabitação é vinculada ao processo de modernização, independência feminina e igualdade de gênero, na América Latina a coabitação usualmente está relacionada à escassez de recursos e baixas expectativas no âmbito econômico (COVRE-SUSSAI & MATTHIJS, 2010; SASSLER & MILLER, 2011). Nesse sentido, a coabitação é tida como meio de suporte socioeconômico e expansão da rede interpessoal para os extratos sociais mais vulneráveis (FUSSEL & PALLONI, 2004).

Metodologia

Os dados utilizados são oriundos dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Foram selecionados indivíduos entre 40 e 54 anos que nunca viveram em uma união consensual. A seleção do limite inferior desta faixa etária deu-se em função da

delimitação de indivíduos continuamente solteiros em detrimento daqueles mais jovens, que teriam uma alta probabilidade de ingressar em uma união nos últimos anos. O limite superior foi estabelecido para evitar heterogeneidades de coortes quanto aos padrões de não união.

Após realização de análise descritiva, foram realizadas regressões logísticas valendo-se da variável dependente construída a partir da pergunta: “VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?” Na variável dummy, foi atribuído o valor de 1 para os respondentes que alegaram que não vivem e nunca viveram com um cônjuge e 0 para aqueles que já viveram, incluindo os divorciados e viúvos.

A escolha das variáveis que compuserem o estudo baseou-se na literatura internacional existente sobre a propensão de ingresso em uniões. As variáveis controle utilizadas foram religião (com religião ou sem religião), situação do setor de residência (urbano ou rural), faixa etária (40 a 44 anos, 45 a 49 anos e 50 a 54 anos), Grande Região brasileira (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), nível de instrução (fundamental incompleto/ Sem instrução, fundamental completo ensino médio completo, ensino superior) raça/cor (branca, preta, parda e outros), deficiência física ou mental (possui deficiência e não possui deficiência) e, no caso das mulheres, o número de filhos tidos (nenhum, um, dois ou três filhos). As regressões foram realizadas separadamente para o sexo masculino e feminino. As análises dos dados foram realizadas utilizando o software STATA versão 13.

Resultados

Em um cômputo geral, em 2010, verifica-se uma maior proporção de indivíduos nunca unidos se comparada ao ano de 2000. No intervalo entre os anos 1991 e 2000, no entanto, observa-se uma redução neste percentual, que passou de 6.7% para 6.5% no caso dos homens e de 8.3% para 7.4% no caso das mulheres. No ano de 2010, a maior proporção de homens nunca unidos encontra-se no Sudeste (9.4%) e a de mulheres no Nordeste (8.9%). Para este ano, a região com menores proporções de indivíduos nunca unidos, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, é a Região Norte.

Tabela 1 – Proporção de nunca unidos por Unidade da Federação nos anos de 1991, 2000 e 2010

| UF | 1991 | | 2000 | | 2010 | |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Norte | 7.1% | 5.9% | 4.3% | 3.8% | 6.6% | 5.6% |
| Rondônia | 4.2% | 3.0% | 3.4% | 2.6% | 5.8% | 3.7% |
| Acre | 5.0% | 4.6% | 3.1% | 3.1% | 5.4% | 5.4% |
| Amazonas | 6.7% | 7.9% | 5.0% | 5.1% | 7.1% | 6.8% |
| Roraima | 15.8% | 6.8% | 3.5% | 3.0% | 6.2% | 4.6% |
| Pará | 6.3% | 6.7% | 4.6% | 5.2% | 7.0% | 6.7% |
| Amapá | 5.6% | 6.6% | 4.2% | 3.5% | 6.4% | 6.0% |
| Tocantins | 6.0% | 5.4% | 6.0% | 4.4% | 8.3% | 6.2% |
| Nordeste | 5.4% | 8.5% | 5.7% | 7.6% | 8.3% | 8.9% |
| Maranhão | 4.9% | 6.2% | 4.6% | 5.0% | 7.4% | 7.2% |
| Piauí | 5.0% | 8.8% | 6.4% | 8.9% | 9.2% | 10.3% |
| Ceará | 5.5% | 10.3% | 6.5% | 9.1% | 9.8% | 10.1% |
| Rio Grande do Norte | 5.3% | 8.6% | 5.8% | 8.3% | 7.8% | 8.7% |
| Paraíba | 5.5% | 9.5% | 6.4% | 8.7% | 8.6% | 9.8% |
| Pernambuco | 5.9% | 9.3% | 5.9% | 8.5% | 8.7% | 9.4% |
| Alagoas | 5.3% | 7.6% | 4.4% | 6.2% | 7.0% | 7.7% |
| Sergipe | 5.1% | 8.0% | 4.7% | 7.4% | 7.6% | 7.8% |
| Bahia | 6.2% | 8.3% | 6.1% | 6.6% | 9.0% | 8.5% |
| Sudeste | 7.2% | 8.8% | 7.2% | 7.8% | 9.4% | 8.4% |
| Minas Gerais | 8.5% | 10.4% | 9.4% | 9.5% | 11.7% | 9.8% |
| Espírito Santo | 5.3% | 6.7% | 5.7% | 5.9% | 7.8% | 6.2% |
| Rio de Janeiro | 7.8% | 9.6% | 7.0% | 8.0% | 9.1% | 9.0% |
| São Paulo | 7.3% | 8.3% | 6.9% | 7.5% | 8.9% | 8.5% |
| Sul | 5.3% | 6.4% | 5.4% | 6.1% | 7.1% | 6.0% |
| Paraná | 5.5% | 6.1% | 6.0% | 6.7% | 7.4% | 6.8% |
| Santa Catarina | 4.2% | 5.3% | 4.3% | 5.0% | 5.9% | 4.8% |
| Rio Grande do Sul | 6.3% | 7.9% | 6.1% | 6.5% | 7.8% | 6.5% |
| Centro-oeste | 6.3% | 7.0% | 5.5% | 6.5% | 7.2% | 6.7% |
| Mato Grosso do Sul | 6.3% | 5.8% | 5.7% | 5.3% | 6.4% | 5.6% |
| Mato Grosso | 6.7% | 4.2% | 5.7% | 4.4% | 7.0% | 4.4% |
| Goiás | 7.0% | 6.8% | 6.1% | 6.8% | 7.5% | 6.6% |
| Distrito Federal | 5.2% | 11.1% | 4.5% | 9.5% | 7.8% | 10.0% |
| Total | 6.7% | 8.3% | 6.5% | 7.4% | 8.6% | 8.1% |

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Ao analisarmos a proporção de nunca unidos por nível de instrução (Tabela 2), nota-se que, no período analisado, houve uma tendência de diminuição dos níveis de não união dentre as mulheres com ensino médio completo e nível superior completo, grupo que apresenta a maior proporção de não união nos três períodos analisados. Entre os homens, por sua vez, observa-se um aumento significativo no percentual de indivíduos nunca unidos com ensino fundamental incompleto entre 1991 e 2010 (de 7.0% para 10.3%).

Tabela 2 – Proporção de nunca unidos por nível de instrução nos anos de 1991, 2000 e 2010

| Escolaridade | 1991 | | 2000 | | 2010 | |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Fundamental incompleto | 7.0% | 6.7% | 7.1% | 5.2% | 10.3% | 6.4% |
| Fundamental completo | 5.6% | 9.4% | 5.4% | 7.0% | 7.3% | 6.6% |
| Ensino médio completo | 5.6% | 13.7% | 5.7% | 11.5% | 7.1% | 9.8% |
| Nível superior | 5.9% | 19.6% | 6.1% | 15.6% | 8.1% | 13.0% |
| Total | 6.7% | 8.3% | 6.5% | 7.4% | 8.6% | 8.1% |

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

A proporção de nunca unidos por raça aponta para um maior percentual de homens e mulheres pretos nestas condições em todos os anos de análise, com exceção do sexo feminino no ano de 2000, cujo maior percentual é o de mulheres de outras raças (indígena e amarela). Nota-se, além disso, que em todos os períodos analisados a proporção de nunca unidos da raça/cor preta do sexo feminino é superior à do sexo masculino.

Tabela 3 – Proporção de nunca unidos por nível raça nos anos de 1991, 2000 e 2010

| Raça - cor | 1991 | | 2000 | | 2010 | |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Branca | 6.5% | 8.2% | 6.5% | 7.4% | 8.4% | 8.0% |
| Preta | 9.1% | 12.5% | 7.6% | 9.7% | 9.2% | 11.1% |
| Parda | 6.3% | 7.8% | 6.1% | 6.7% | 8.8% | 7.7% |
| Outras | 8.1% | 10.8% | 7.3% | 9.8% | 8.8% | 9.6% |
| Total | 6.6% | 8.3% | 6.5% | 7.4% | 8.6% | 8.1% |

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

O modelo logit aplicado para o sexo feminino, exposto na Tabela 4 a seguir, indica que mulheres com ensino superior têm maiores chances de permanecerem solteiras até a idade de 40 a 54 anos. Esta relação, no entanto, mostra-se mais intensa no ano de 1991, em que mulheres com graduação completa apresentavam 48% mais chance de não ingressarem em uma união se comparadas àquelas com ensino fundamental incompleto, e perde força nos anos de 2000 (36%) e 2010 (10%).

Quanto à fecundidade, como esperado, as mulheres sem filhos apresentam menores chances de ingressar em uma união. Em 2010, no entanto, mulheres com um filho mostram um aumento significativo da chance de permanecerem solteiras de comparas àquelas sem filhos (em 2000, esta chance era 92% menor e, em 2010, é de 89%).

Ademais, o fenômeno da não união dentre as mulheres mostra-se predominantemente urbano (em 2010, mulheres residentes em áreas urbanas têm 38% mais chances de permanecem não unidas até as idades analisadas) e seletivo por raça, sendo as maiores chances de não união relativas às mulheres negras nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 4 – Razão de chance de nunca se unir, aplicação do logit para o sexo feminino - anos de 1991, 2000 e 2010

| Variável | 1991 | | 2000 | | 2010 | |
|-------------------------|-------|-------|------------|-------|-------|-------|
| | OR | P>z | OR | P>z | OR | P>z |
| Número de filhos | | | | | | |
| Nenhum filho | | | Referência | | | |
| Um Filho | 0.083 | 0.000 | 0.085 | 0.000 | 0.115 | 0.000 |

| | | | | | | |
|---------------------------------------|-------|-------|------------|-------|-------|-------|
| Dois Filhos | 0.016 | 0.000 | 0.011 | 0.000 | 0.021 | 0.000 |
| Três filhos | 0.013 | 0.000 | 0.004 | 0.000 | 0.014 | 0.000 |
| Religião | | | | | | |
| Sem religião | | | Referência | | | |
| Com religião | 0.847 | 0.000 | 1.034 | 0.295 | 1.040 | 0.164 |
| Situação setor de residência | | | | | | |
| Rural | | | Referência | | | |
| Urbano | 1.513 | 0.000 | 1.325 | 0.000 | 1.387 | 0.000 |
| Faixa etária | | | | | | |
| 40 a 44 anos | | | Referência | | | |
| 45 a 49 anos | 0.875 | 0.000 | 0.880 | 0.000 | 0.932 | 0.000 |
| 50 a 54 anos | 0.855 | 0.000 | 0.819 | 0.000 | 0.896 | 0.000 |
| Grandes Regiões | | | | | | |
| Sudeste | | | Referência | | | |
| Norte | 1.401 | 0.000 | 0.969 | 0.392 | 1.021 | 0.482 |
| Nordeste | 1.271 | 0.000 | 1.249 | 0.000 | 1.289 | 0.000 |
| Sul | 0.929 | 0.001 | 0.938 | 0.000 | 0.888 | 0.000 |
| Centro-Oeste | 1.017 | 0.629 | 1.193 | 0.000 | 0.976 | 0.359 |
| Nível de instrução | | | | | | |
| Fundamental incompleto/ Sem instrução | | | Referência | | | |
| Fundamental completo | 1.148 | 0.000 | 1.181 | 0.000 | 0.950 | 0.002 |
| Ensino médio completo | 1.297 | 0.000 | 1.367 | 0.000 | 1.081 | 0.000 |
| Superior | 1.486 | 0.000 | 1.367 | 0.000 | 1.108 | 0.000 |
| Raça cor | | | | | | |
| Branca | | | Referência | | | |
| Preta | 1.768 | 0.000 | 1.475 | 0.000 | 1.528 | 0.000 |
| Parda | 1.206 | 0.000 | 1.191 | 0.000 | 1.141 | 0.000 |
| Outras raças | 1.013 | 0.854 | 1.082 | 0.146 | 1.190 | 0.000 |
| Deficiência física ou mental | | | | | | |
| Não tem nenhum tipo de deficiência | | | Referência | | | |
| Deficiência | 6.743 | 0.000 | 2.271 | 0.000 | 1.798 | 0.000 |

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

No caso masculino, por sua vez, observa-se em todos os períodos analisados uma maior probabilidade de não união grupo de indivíduos com nível fundamental incompleto ou sem instrução. Assim como no caso das mulheres, as maiores chances de nunca se unir são observadas para os indivíduos negros (chance 36% maior se comparados aos indivíduos brancos em 1991 e 11% e 2% nos anos de 2000 e 2010, respectivamente). No entanto, os diferenciais de raça mostram-se atenuados se comparados aos do sexo feminino.

Por fim, nota-se que, diferente do resultado identificado para as mulheres, o fenômeno da não união masculina mostra-se predominantemente rural: Foi identificada uma chance 28% menor de homens residentes em áreas urbanas não se unirem no ano de 1991, valor que variou para 24% e 18% nos anos de 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 5 – Razão de chance de nunca se unir, aplicação do logit para o sexo masculino - anos de 1991, 2000 e 2010

| Variável | 1991 | 2000 | 2010 |
|----------|------|------|------|
|----------|------|------|------|

| | OR | P>z | OR | P>z | OR | P>z |
|---------------------------------------|--------|-------|------------|-------|-------|-------|
| Religião | | | | | | |
| Sem religião | | | Referência | | | |
| Com religião | 0.685 | 0.000 | 0.743 | 0.000 | 0.786 | 0.000 |
| Situação setor de residência | | | | | | |
| Rural | | | Referência | | | |
| Urbano | 0.729 | 0.000 | 0.764 | 0.000 | 0.827 | 0.000 |
| Faixa etária | | | | | | |
| 40 a 44 anos | | | Referência | | | |
| 45 a 49 anos | 0.792 | 0.000 | 0.676 | 0.000 | 0.741 | 0.000 |
| 50 a 54 anos | 0.688 | 0.000 | 0.534 | 0.000 | 0.553 | 0.000 |
| Grandes Regiões | | | | | | |
| Sudeste | | | Referência | | | |
| Norte | 0.740 | 0.000 | 0.533 | 0.000 | 0.604 | 0.000 |
| Nordeste | 0.652 | 0.000 | 0.683 | 0.000 | 0.767 | 0.000 |
| Sul | 0.687 | 0.000 | 0.710 | 0.000 | 0.717 | 0.000 |
| Centro-Oeste | 0.837 | 0.000 | 0.722 | 0.000 | 0.704 | 0.000 |
| Nível de instrução | | | | | | |
| Fundamental incompleto/ Sem instrução | | | Referência | | | |
| Fundamental completo | 0.812 | 0.000 | 0.754 | 0.000 | 0.710 | 0.000 |
| Ensino médio completo | 0.868 | 0.000 | 0.841 | 0.000 | 0.713 | 0.000 |
| Superior | 0.896 | 0.000 | 0.946 | 0.000 | 0.839 | 0.000 |
| Raça cor | | | | | | |
| Branca | | | Referência | | | |
| Preta | 1.366 | 0.000 | 1.110 | 0.000 | 1.021 | 0.224 |
| Parda | 0.978 | 0.137 | 0.920 | 0.137 | 0.984 | 0.124 |
| Outras raças | 1.243 | 0.001 | 1.152 | 0.001 | 1.010 | 0.815 |
| Deficiência física ou mental | | | | | | |
| Não tem nenhum tipo de deficiência | | | Referência | | | |
| Deficiência | 11.063 | 0.000 | 4.400 | 0.000 | 2.718 | 0.000 |

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi analisar fatores associados a não união contínua de adultos de 40 a 54 anos e examinar diferenças de gênero nas variáveis de raça e escolaridade de indivíduos nunca unidos. As variáveis de escolaridade, raça, situação do setor de residência (rural ou urbano) e número de filhos, no caso das mulheres, mostraram-se associadas ao fenômeno da não união contínua. Diferenças de gênero nos padrões de não união foram identificadas, por vezes apontando tendências opostas entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

A primeira hipótese do estudo, de que a não união de mulheres se correlacionaria negativamente com o nível de instrução das mesmas, foi corroborada nos três períodos analisados, apesar da tendência de atenuação desta relação. Esta tendência pode refletir uma crescente simetria nas relações de gênero e consequente reversão do padrão educacional de ingresso em uniões, processo descrito por Goldscheider (2015). No entanto, vale ressaltar que a expansão educacional nas últimas décadas, que diminuiu disparidades sociais, de gênero e

raça no acesso à educação (DO VALLE SILVA, 2000), ocasionou uma transformação do perfil de indivíduos escolarizados e ressignificou o papel do nível superior em termos ocupacionais e econômicos. Nesse sentido, a atenuação da relação identificada no estudo pode representar transformações de egressas em um dado nível de ensino em contraposição à reversão de padrões de formação de famílias descrita por Goldscheider.

A hipótese de menores níveis de não união dentre os homens menos escolarizados também foi corroborada, resultado já esperado em decorrência dos padrões heterogamia educacional descritos pela literatura (TORCHE, 2010). A maior chance de não se unir apresentada pelos homens de área rural corroboram a ideia de que menor propensão de ingresso em uniões por parte daqueles indivíduos socioeconomicamente mais vulneráveis. No caso específico do Brasil, em que é comum a ocorrência de coabitação tradicional, este resultado pode indicar que mesmo nesta modalidade de uniões – usualmente tida como forma de suporte financeiro dentre os estratos sociais mais pobres (FUSSEL & PALLONI, 2004) – é desejável que os homens tenham condições socioeconômicas favoráveis para o ingresso em uma união.

Por fim, no que tange à raça, os resultados corroboram a existência do *penalty* associado à cor/raça negra no ingresso em uniões, indicado por (GULLICKSON & TORCHE, 2014). Corroborando também a teoria de *social exchange*, a penalidade por raça mostra-se mais acentuada dentre as mulheres, sendo o próprio sexo masculino uma característica de alto status e passível de compensação no mercado de casamentos.

Algumas limitações do estudo merecem ser mencionadas: A primeira é a relação causal entre nível de escolaridade / nível socioeconômico e o ingresso em uniões. Apesar de os padrões de escolha do parceiro no Brasil corroborarem a seletividade por questões educacionais, as uniões podem funcionar como facilitadores ou entraves da ascensão profissional de homens e mulheres. A segunda limitação se refere à incapacidade de analisar o fenômeno da não união sob a perspectiva de estilo de vida desejado ou de atratividade no mercado de casamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baumbusch, Jennifer L. "Unclaimed treasures: Older women's reflections on lifelong singlehood." *Journal of Women & Aging* 16.1-2 (2004): 105-121.
- Becker, Gary S. "Altruism in the Family and Selfishness in the Market Place." *Economica* 48.189 (1981): 1-15.
- Bell, Robert. *Marriage and Family Interaction*. Homewood, IL: Dorsey, 1971.
- Bellani, Esping-Andersen and Nedoluzhko. "Never partnered: A multilevel analysis of lifelong singlehood". *Demographic Research* 37 (2017): 53-100.
- Byrne, Anne, and Deborah Carr. "Caught in the cultural lag: The stigma of singlehood." *Psychological Inquiry* 16.2/3 (2005): 84-91.
- Cherlin, Andrew. "Work life and marital dissolution." *Divorce and separation: Context, causes and consequences* (1979): 151-166.
- Chesnais, Jean-Claude. "Fertility, family, and social policy in contemporary Western Europe." *Population and Development review* (1996): 729-739.
- Chun, Hyunbae, and Injae Lee. "Why do married men earn more: Productivity or marriage selection?." *Economic Inquiry* 39.2 (2001): 307-319.
- Covre-Sussai, maira and Koen matthijs. 2010. "Socio-economic and cultural correlates of cohabitation in Brazil," Catholic university leuven, Centre for Sociological Research, Leuven, Belgium, paper presented at the 2010 Chaire Quételet Conference, louvainla-neuve.
- do Valle Silva, Nelson, and Carlos Hasenbalg. "Tendências da desigualdade educacional no Brasil." *Dados* 43.3 (2000).
- Dykstra, P.A. and Poortman, A.-R. (2010). Economic resources and remaining single: Trends over time. *European Sociological Review* 26(3): 277–290. doi:10.1093/ esr/jcp021.
- Easterlin, Richard A. 1980. *Birth and Fortune: The Impact of Numbers on Personal Welfare*. New York: Basic Books.
- Espenshade, Thomas J. "Marriage trends in America: Estimates, implications, and underlying causes." *Population and Development Review* (1985): 193-245.
- Esteve, Albert, Ron Lesthaeghe, and Antonio López- Gay. "The Latin American cohabitation boom, 1970–2007." *Population and Development Review* 38.1 (2012): 55-81.
- Fussell, Elizabeth, and Alberto Palloni. "Persistent marriage regimes in changing times." *Journal of Marriage and Family* 66.5 (2004): 1201-1213.
- Goldman N. *Marriage selection and mortality patterns: Inferences and fallacies. Demography* 30, 189-208, 1993.
- Goldscheider, Frances, Eva Bernhardt, and Trude Lappegård. "The gender revolution: A framework for understanding changing family and demographic behavior." *Population and Development Review* 41.2 (2015): 207-239.

Gullickson, Aaron, and Florencia Torche. "Patterns of racial and educational assortative mating in Brazil." *Demography* 51.3 (2014): 835-856.

Havens, Elizabeth M. 1973. "Women, work, and wedlock: A note on female marital patterns in the United States." Pp. 213-219 in Joan Huber (ed.), *Changing Women in a Changing Society*. Chicago: University of Chicago Press.

Kalmijn, M. (2013). The educational gradient in marriage: A comparison of 25 European countries. *Demography* 50(4): 1499–1520.

Lesthaeghe, Ron J. "Second demographic transition." *The Blackwell encyclopedia of sociology* (2007).

McDonald, Peter. "Gender equity in theories of fertility transition." *Population and development review* 26.3 (2000): 427-439.

Musick, Kelly, Jennie E. Brand, and Dwight Davis. "Variation in the relationship between education and marriage: Marriage market mismatch?." *Journal of Marriage and Family* 74.1 (2012): 53-69.

Pinquart, M. and Sörensen, S. (2011). Spouses, adult children, and children-in-law as caregivers of older adults: A meta-analytic comparison. *Psychology and Aging* 26(1): 1–14.

Qian, Yue, and Zhenchao Qian. "The gender divide in urban China: Singlehood and assortative mating by age and education." *Demographic Research* 31 (2014): 1337-1364.

Sassler, S., & Schoen, R. (1999). The effect of attitudes and economic activity on marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 147 – 159. doi:10.2307/353890

Sassler, Sharon, and Amanda J. Miller. "Waiting to be asked: Gender, power, and relationship progression among cohabiting couples." *Journal of Family Issues* 32.4 (2011): 482-506.

Shostak, Arthur B. "Singlehood." *Handbook of marriage and the family*. Springer, Boston, MA, 1987. 355-367.

Smith, Ralph E. 1979. "The movement of women into the labor force." Pp. 1-29 in Ralph E. Smith (ed.), *The Subtle Revolution*. Washington, DC: Urban Institute.

Stein, Peter J. "Singlehood: An alternative to marriage." *Family Coordinator* (1975): 489-503.

Thornton, Arland. "Changing attitudes toward family issues in the United States." *Journal of Marriage and the Family* (1989): 873-893.

Torche, Florencia. "Educational assortative mating and economic inequality: A comparative analysis of three Latin American countries." *Demography* 47.2 (2010): 481-502.

Vicinus, Martha. *Independent Women: work and community for single women, 1850-1920*. University of Chicago Press, 1988.

Vieira, Joice Melo, and Luciana Correia Alves. "O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010." *Revista Latinoamericana de Población* 10.19 (2016_a): 107-125.

Westoff, Charles F. 1978. "Some speculations on the future of marriage and fertility," *Family Planning Perspectives* 10, no. 2 (March/April): 79-83.

Xie, Y., Raymo, J. M., Goyette, K., & Thornton, A. (2003). Economic potential and entry into marriage and cohabitation. *Demography*, 40, 351 – 367.
doi:10.1353/dem.2003.001